

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90006/2024**PREGÃO ELETRÔNICO****NUP: 00004.000003/2024-91**

A **Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar**, torna público para conhecimento dos interessados que esta Empresa, situada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.913.162/0001–23, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para a contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para a emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, também conhecido como D&O (*Directors & Officers*), à base de reclamações (*claims made basis*) com notificações, abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice e retroatividade ilimitada para fatos geradores anteriores ao início de vigência da apólice, desde que a reclamação motivada seja desconhecida do Segurado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo A) deste Edital. A sessão pública será realizada pelo **Portal de Compras do Governo Federal**, com fundamento legal nas disposições da Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 2006; do Decreto nº 8.538, de 2015 (ME/EPP); da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber; do [Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar](#); e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressos neste Edital e em seus Anexos.

1. DOS EVENTOS

1.1. O recebimento das proposições de preços ocorrerá a partir da disponibilização deste Edital no **Portal de Compras do Governo Federal**, até 09/07/2024, às 09h30, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2. A Sessão Pública na Internet para recebimento dos lances terá início às 10h do dia 09/07/2024 no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todos os horários estabelecidos neste edital observarão o horário de Brasília-DF.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. A presente licitação destina-se à contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para a emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, também conhecido como D&O (*Directors & Officers*), à base de reclamações (*claims made basis*)

com notificações, abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice e retroatividade ilimitada para fatos geradores anteriores ao início de vigência da apólice, desde que a reclamação motivada seja desconhecida do Segurado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo A) deste Edital.

2.2. O valor máximo que a ENBPar pretende pagar por este objeto, fruto de pesquisa mercadológica, será tratado como sigiloso e declarado no “chat” imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas pelos Licitantes.

2.3. O valor ofertado deverá considerar:

- I) Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado;
- II) Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a Contratada para execução integral e perfeita do objeto contratado; e
- III) Todas as despesas com o pessoal da Contratada, tais como mão de obra, deslocamentos, estadias e diárias, se for o caso.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. A presente licitação será formada por item único e o Licitante deverá observar a descrição detalhada do objeto **no item 03 do Termo de Referência**, Anexo A deste Edital, conforme abaixo:

Item	Descrição	Quantidade
1	Contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para a emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, também conhecido como D&O (<i>Directors & Officers</i>), à base de reclamações (<i>claims made basis</i>) com notificações, abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice e retroatividade ilimitada para fatos geradores anteriores ao início de vigência da apólice, desde que a reclamação motivada seja desconhecida do Segurado, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência.	1

3.2. O detalhamento, demais especificações, condições da locação e a forma de execução do objeto constam no **Anexo A** – Termo de Referência deste Edital.

4. DOS ANEXOS

4.1. São partes integrante do Edital os seguintes Anexos:

a) Termo de Referência – **ANEXO A**;

b) Minuta de Contrato – **ANEXO B**;

Apêndice I – Matriz de Risco;

Apêndice II – Modelo de Certificado de aceitação Provisória – CAP; e,

Apêndice III – Modelo de Certificado de aceitação Definitiva – CAD.

c) Modelo de Proposta Comercial – **ANEXO C**; e

d) Declaração de Antinepotismo – **ANEXO D**.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Da Participação

5.1. Poderão participar desta licitação, empresas nacionais ou estrangeiras, com sede ou representante legal domiciliado no Brasil, que atendam as condições deste Edital.

5.2. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Do Procedimento para credenciamento junto ao Provedor do Sistema

5.3. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta no “Manual do Pregão Eletrônico Tradicional para Fornecedores”, disponibilizado no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.4. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.5. Tal credenciamento, conforme normas do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, depende de registro cadastral atualizado no **SICAF**.

5.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilização legal do Licitante e de seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.7. É de exclusiva responsabilidade do Licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante. Não cabe ao Provedor do Sistema e à ENBPar, promotora da presente licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

6. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR

6.1. Estará impedida de participar de licitações a empresa:

- I – Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja Administrador (inclusive Diretor) ou empregado da ENBPar;
- II – Que esteja com o direito de licitar e contratar com a ENBPar suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União;
- III – Declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- IV – Constituída por sócio de pessoa jurídica que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;
- V – Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União;
- VI – Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII – Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII – Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União;
- IX – Cujo objeto social ou estatuto seja incompatível com o objeto;
- X – Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e
- XI – Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.2. Também estarão impedidas:

- I – A contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como a participação dele em Licitação, na condição de Licitante;
- II – A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) Dirigente da ENBPar;
- b) Empregado da ENBPar, cujas atribuições envolvam atuação na ALC, na CONJUR, nas Assessorias da Presidência e/ou na respectiva Unidade Solicitante; e,
- c) Autoridade do Ministério de Minas e Energia.

III - A pessoa jurídica, cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social tenha sido administrador (inclusive Diretor) da ENBPar, ou empregado da Companhia em alguma das situações descritas na letra “b” do item II acima, e terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ENBPar há menos de 6 (seis) meses.

6.3. As empresas com as sanções mencionadas nos incisos II, III e IV do item 6.1 deste Edital, bem como suas respectivas vigências, serão verificadas e distinguidas, de acordo com sua base legal, por meio, em especial, de consulta ao [Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores \(SICAF\)](#), ao [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas \(CEIS\)](#), disponível no Portal da Transparência, ao [Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade \(CNCIAI\)](#), disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

6.4. As informações poderão ainda ser consultadas no endereço que contém a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, a qual abrange o cadastro do Conselho Nacional de Justiça (CNIA), do Portal da Transparência (CEIS/CNEP), e do próprio TCU.

6.5. Da Participação de Micro e Pequenas Empresas

6.5.1. As ME/EPP deverão apresentar comprovação de enquadramento em um dos regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

6.5.2. Como condição para aplicação do tratamento diferenciado, o(a) Pregoeiro(a) auxiliado(a) pela Equipe de Apoio consultarão o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores recebidos pela ME/EPP, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em caso de início de atividade no exercício considerado.

6.5.3. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se os valores recebidos até o mês anterior ao da sessão pública da licitação extrapolam os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento).

6.5.4. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolar o limite legal, o(a) Pregoeiro(a) indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor da Licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sem prejuízo das penalidades descritas neste Edital.

6.5.5. O(A) Pregoeiro(a) poderá exigir, além da Declaração de ME/EPP registrada na Junta Comercial, a Demonstração de Resultado de Exercício – DRE para fins de confirmação da Receita Bruta auferida no exercício anterior.

6.6. As empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 2006, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que haja alguma restrição (*caput* do art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

6.7. Caso haja restrição na regularidade fiscal, a regularização, inclusive com emissão de certidões, deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da ENBPar, contados a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (§1º, art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

6.8. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303, de 2016. É facultado à ENBPar revogar a Licitação ou convocar os Licitantes remanescentes para a assinatura do contrato na ordem de classificação (§2º, art. 43, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

7. REGIME DE EXECUÇÃO

7.1. O regime de execução do objeto desta licitação será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

8. DA SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

8.1. Os Licitantes serão obrigados a declarar, quando houver, a superveniência de qualquer fato impeditivo da habilitação que importe em alteração de suas condições de participação neste processo, sujeito às penalidades legais (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

8.2. A comprovação citada no subitem anterior deverá ser realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

9.2. No cadastramento da proposta inicial, o Licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

9.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

9.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

9.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

9.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.3. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

9.3.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

9.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.4. A falsidade da declaração de que trata os itens **9.2** ou **9.3** sujeitará o Licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.

9.5. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo Licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos Licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

9.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o Licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

9.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

9.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

9.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

9.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

9.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

9.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **9.8** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.11. Caberá ao Licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.12. O Licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. O Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, quando for o caso:

- a) Valor unitário e total do item;
- b) Marca; e
- c) Fabricante.

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Licitante.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos (12) doze meses.

10.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo A) deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

10.7.2. Os Licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

10.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10.9. Os valores unitário e global máximos aceitáveis para o objeto desta contratação serão sigilosos e tornados público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas, entretanto, será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.9.1. O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação é fundamentado no art. 34 da Lei nº 13.303, de 2016, §3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011 e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

10.10. A Proposta deverá ser apresentada de acordo com o **Modelo de Proposta Comercial – Anexo C** deste Edital e em conformidade com os itens a seguir:

- a)** Apresentar-se em uma única via, em papel timbrado do Licitante, digitada, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas, numeradas sequencialmente e assinada pelo representante legal do Licitante;
- b)** Ser objetiva e precisa, contendo, necessariamente, todas as especificações do objeto que fornecerá;
- c)** Ser limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza a classificação a ter mais de um resultado. Não serão admitidas informações como “conforme especificado no Edital”;
- d)** Ter, obrigatoriamente, validade declarada de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e, se constar qualquer data inferior a solicitada acima, será considerada a exigida neste Edital; e

- e) Apresentar valores em moeda corrente, em cifras numéricas, com duas casas decimais e consolidadas por extenso; e
- f) Nos preços propostos, estarão computadas todas as despesas, encargos, custos, insumos, seguros e demais obrigações legais, fiscais, tributárias e trabalhistas que forem necessárias à execução do serviço objeto desta Licitação.

10.11. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear ou reivindicar qualquer alteração a título de revisão de preço, compensação ou reembolso sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.12. O valor da proposta do Licitante deverá, obrigatoriamente, refletir o seu último valor ofertado após a negociação com o(a) Pregoeiro(a).

10.13. Os Licitantes deverão examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e em seus Anexos, pois a apresentação das propostas vincula a aceitação incondicional de seus termos, independentemente de transcrição, não sendo aceitas quaisquer alegações de desconhecimento ou desacordo de qualquer pormenor.

Da Diligência

10.14. A qualquer tempo, caberá procedimento de diligência destinado a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, por iniciativa do(a) Pregoeiro(a), conforme aplicável, a quem caberá indicar a forma pela qual a diligência será realizada.

10.14.1. A diligência poderá ser realizada *in loco* ou por meio postal, telefônico, eletrônico ou consulta ao mercado específico, bem como através de qualquer outro meio idôneo apto a esclarecer a dúvida suscitada.

10.14.2. O registro das diligências realizadas deverá conter, minimamente, local, data, horário, procedimento e objeto, bem assim o nome e a função dos responsáveis pela sua realização, e, ainda, as informações colhidas, devendo ser anexado à documentação da licitação.

10.14.3. O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos Licitantes que esta seja demonstrada.

10.14.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos Licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligência, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no Portal de Compras do Governo Federal com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.15. O Licitante vencedor deverá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, apresentar planilha de formação dos preços, com notas explicativas para cada valor final ofertado, indicando os insumos que recaem sobre os custos da sua proposta comercial (tais como mão-de-obra; encargos; tributos; taxas de câmbio, quando for o caso; dentre outros), detalhando as proporções incidentes nos valores dos serviços, quando cabível.

10.15.1. O detalhamento da formação dos preços de que trata este item possibilitará, durante a execução contratual, a análise de eventual solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro apresentada pela Contratada.

10.15.2. Estará dispensada dessa obrigação o Licitante vencedor que já tiver apresentado sua proposta comercial com o detalhamento da formação dos seus preços.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. Os Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.3. Todas as referências de tempo citadas neste Edital e seus Anexos, no Aviso da licitação e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os Licitantes. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

11.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”** em que os Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.6. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

- 11.7.** Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 11.8.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 11.9.** Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 11.10.** O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.11.** O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,5% (meio por cento).
- 11.12.** O Licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 11.13.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 11.14.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 11.14.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 11.14.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 11.14.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 11.14.4.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 11.14.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.14.6. Após o reinício previsto no item supra, os Licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.17. Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.

11.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.

11.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.20. Caso o Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais Licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

11.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os Licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.21.4. O pregoeiro solicitará ao Licitante mais bem classificado que, no prazo de até **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.21.5. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo Licitante, antes de findo o prazo.

11.22. Havendo eventual empate entre as propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

I – disputa final, hipótese em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos Licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta lei;

III – desenvolvimento pelo Licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e

IV – desenvolvimento pelo Licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos e prestados por:

I – empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital Licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II – empresas brasileiras;

III – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

IV – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

Desconexão do Sistema na etapa de lances

11.24. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances.

11.25. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio

eletrônico utilizado para divulgação.

Da Negociação da Proposta

11.26. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) informará o valor máximo estimado da licitação, e encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

11.27. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

11.28. Após a negociação, o(a) Pregoeiro(a) informará, via “chat”, o prazo de envio da proposta negociada.

11.29. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Do Empate entre empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.30. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

11.31. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

11.31.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.31.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.31.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais Licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem

de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.31.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1. SICAF;

12.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

12.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.3.2. O Licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o Licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso o Licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

12.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

12.6. Será desclassificada a proposta que:

12.6.1. conter vícios insanáveis;

12.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo A) deste Edital;

12.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.7. Será ainda desclassificado o Licitante que:

12.7.1. deixar de enviar a proposta de preços e/ou documentação de habilitação solicitada pelo(a) Pregoeiro(a);

12.7.2. enviar a documentação por meio divergente do solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), mesmo que seja dentro do prazo determinado;

12.7.3. não enviar a documentação pela ferramenta “Convocar Anexo” no prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a);

12.7.4. não atender qualquer solicitação realizada pelo(a) Pregoeiro(a), via chat, no prazo estabelecido;

12.7.5. deixar, injustificadamente, de cumprir a diligência solicitada pelo(a) Pregoeiro(a);

12.7.6. deixar, injustificadamente, de responder à convocação via chat realizada pelo(a) Pregoeiro(a);

12.7.7. tenha se declarado e usufruído dos direitos exclusivos das empresas enquadradas como ME/EPP, e for constatado o respectivo desenquadramento;

12.7.8. cujos valores da proposta sejam diferentes do valor negociado no Sistema com o(a) Pregoeiro(a) ao final da etapa de lances.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a)** que o custo do Licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o Licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da unidade solicitante ou da área especializada no objeto.

12.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o Licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência (Anexo A) deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta.

12.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais Licitantes.

12.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do Licitante será recusada.

12.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo A) deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do Licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

13.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

13.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.3. Na hipótese de o Licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.4. É de responsabilidade do Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.4.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

13.5. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.5.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

13.6. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao Licitante vencedor.

13.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do Licitante mais bem classificado.

13.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos Licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.8. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.9. Na hipótese de o Licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no **subitem**

13.5.1.

13.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do Licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

13.12. Será considerado inabilitado o Licitante:

- a) Que possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a ENBPar ou com a Administração Pública, observado o âmbito de aplicação, ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública; e
- b) Que deixe de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

13.13. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

13.14. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14. ENVIO ELETRÔNICO DA DOCUMENTAÇÃO

14.1. Caso o(a) Pregoeiro(a) necessite de documentos complementares, estes serão solicitados pela opção “Convocar Anexo” do **Portal de Compras do Governo Federal**, dentro do prazo mínimo de até **2 (duas) horas**, contado da solicitação.

14.2. A documentação enviada pelo Sistema deverá ser apresentada em conformidade com, pelo menos, uma das seguintes opções:

- I – No original, em meio físico ou digital, cada qual na forma da respectiva legislação específica;
- II – Por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente, por servidor da Administração Pública ou por meio digital, assim reconhecido pela respectiva legislação específica;
- III – Cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais ou cópias autenticadas, nos termos referidos itens I e II, para conferência pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- IV – Publicação em órgão da Imprensa Oficial.

14.3. O não atendimento da referida convocação, o atendimento de forma intempestiva ou o envio em meio não permitido ou solicitado acarretará na desclassificação sumária do Licitante.

15. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

15.1. Para fins de habilitação no certame, os interessados se obrigam a satisfazer os requisitos relativos a:

Da Habilitação Jurídica

15.2. Será exigida a seguinte documentação para habilitação jurídica:

- I.** Cédula de identidade, no caso de pessoa física e para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante;
- II.** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- V.** Procuração, ou outra forma de instrumento de mandato, para o(s) representante(s) legal(is) da(s) Licitante(s), quando estes não sejam seus representantes legais na forma da documentação referida nas alíneas II, III e IV; e
- VI.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando for o caso.

Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

15.3. As regularidades Fiscal e Trabalhista serão comprovadas com a apresentação das seguintes documentações:

- I.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- II.** Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos (CND) única, na forma regulamentada pelo Ministério da Fazenda, por meio da Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, e eventuais alterações posteriores;
- III.** Certificado de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF) expedido pela Caixa Econômica Federal; e
- IV.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da correspondente Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

15.3.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal será aceita Certidão Positiva com Efeito

de Negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.

15.3.2. Os documentos de regularidade fiscal poderão ser substituídos pela apresentação da Certidão de Regularidade Cadastral (CRC) extraída do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, a qual comprova a situação de regularidade fiscal da Licitante.

15.3.3. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da Licitante, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo:

- a) Se o Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;
- b) Se o Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto àqueles documentos que pela própria natureza comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

Da Qualificação Técnica

15.4. Para fins de demonstração da qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar a documentação exigida no **item 4 do Termo de Referência**, Anexo A do presente Edital.

Da Qualificação Econômico-Financeira

15.5. A qualificação econômico-financeira será comprovada com a apresentação dos seguintes documentos:

- I. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, quando for o caso;
- II. Apresentação das Demonstrações Contábeis denominadas: Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, referentes ao último exercício social, já exigíveis, devidamente aprovadas na forma da legislação em vigor.

15.6. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante (ou em outro órgão equivalente), devendo as Demonstrações Contábeis, obrigatoriamente, serem assinadas por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, responsável pela escrituração contábil-fiscal, conjuntamente com o(s) sócio(s) administrador(es).

15.7. Para as Licitantes que tiverem iniciado suas atividades no exercício em que se realiza a licitação será admitida a apresentação de balanço de abertura, que deve conter a assinatura do representante legal da empresa, do técnico responsável pela contabilidade, e a evidência de terem sido transcritos no livro diário, e este, necessariamente, registrado no Departamento Nacional de Registro de Comércio – DNRC ou Junta Comercial ou órgão equivalente. No caso de sociedades civis tais

documentos poderão ser registrados em cartório competente.

15.8. É vedada a substituição das Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios.

15.9. As Licitantes que realizam a Escrituração Contábil Digital (ECD) devem apresentar o recibo de entrega emitido pelo Sped.

15.10. A comprovação da boa situação econômico-financeira do Licitante será demonstrada com base nos seguintes parâmetros:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

15.10.1. O Licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um), em quaisquer dos índices referidos no inciso anterior, fica obrigada a comprovar na data de apresentação da documentação, por meio do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

15.10.2. Os índices de que tratam os itens 15.10 e 15.10.1 deverão ser calculados pelo Licitante e ratificados pelo responsável por sua contabilidade, mediante aposição de assinatura e indicação do seu nome e do número de seu registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

Das Declarações

15.11. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

15.11.1. Declaração de Cumprimento ao Inciso XXXIII do art. 7º da CF – Proibição ao Emprego de Menores, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.11.2. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.11.3. Declaração de Ciência do Edital, para comprovação de ciência e concordância com as

condições contidas deste edital e seus anexos, bem como do cumprimento pleno dos requisitos de habilitação definidos neste Edital.

15.11.4. Quando for o caso, Declaração de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) para comprovação do cumprimento do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e, assim, usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, realizada no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.11.5. Declaração de Fato Superveniente para comprovação até a presente data da inexistência de fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

15.11.6. Declaração de Acessibilidade para comprovação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, da ciência do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa Licitante, do atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação.

15.11.7. Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado para comprovação de não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

15.11.8. Declaração de Cota de Aprendizagem para comprovação do cumprimento da cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

15.12. No ato de cadastro das propostas, a proponente deverá incluir todas as declarações contidas no sistema, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

Declaração de Antinepotismo

15.13. O Licitante deverá apresentar a Declaração de Antinepotismo, conforme o modelo do **Anexo D** deste Edital, para comprovar atendimento ao art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 e ao Inciso II do parágrafo Único do art. 38, da Lei nº 13.303, de 2016.

16. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

Da Impugnação

16.1. Eventual Impugnação ao presente Edital deverá ser apresentada, devidamente instruída, ao(à) Pregoeiro(a) e à Equipe de Apoio, por meio do seguinte endereço de e-mail: licitacoes@enbpar.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão

pública desta Licitação.

16.1.1. Não serão conhecidas impugnações interpostas após o prazo e não forem apresentadas na forma estabelecida no **item 16.1**.

16.2. O prazo para o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Equipe de Apoio, decidir sobre a Impugnação será de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.2.1. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

Do Recurso

16.3. Declarado o vencedor da Licitação, qualquer Licitante, durante a sessão pública, poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, devendo registrá-la no campo próprio do Sistema.

16.4. O Licitante que manifestar interesse em recorrer terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis para fazê-lo; igual prazo será garantido aos demais Licitantes para apresentação de contrarrazões recursais, contado a partir do término do prazo do Licitante recorrente.

16.5. O(A) Pregoeiro(a) decidirá, em 03 (três) dias úteis, reconsiderar o ato recorrido ou prestar as informações correspondentes, e enviará a sua decisão para apreciação da Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar.

16.6. As impugnações e os recursos serão recebidos, exclusivamente, pelo seguinte endereço de e-mail: licitacoes@enbpar.gov.br.

16.7. A Consultoria Jurídica (CONJUR) da ENBPar emitirá parecer em até 03 (três) dias úteis.

16.8. Caberá ao Diretor-Presidente da ENBPar emitir decisão final acerca do recurso em até 10 (dez) dias úteis, nos casos em que não for acolhido o recurso pelo(a) Pregoeiro(a).

16.9. A falta de manifestação imediata e motivada do Licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da Licitação ao vencedor.

16.10. O recurso interposto contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo.

16.11. Os recursos ou contrarrazões apresentadas em desacordo com as condições deste Edital não serão conhecidos.

16.12. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.13. Decidido o recurso e constatada a regularidade dos atos procedimentais, será adjudicado o objeto desta Licitação à Licitante vencedora do certame.

16.14. Dar-se-á conhecimento aos interessados da decisão acerca dos recursos, mediante publicação no sítio eletrônico <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

17. DA HOMOLOGAÇÃO

17.1. À vista do relatório do(a) Pregoeiro(a), se não houver recurso, ou à vista da decisão do recurso, se este for o resultado da licitação será submetido à consideração do Diretor-Presidente da ENBPar, para fins de homologação.

17.2. Quando o adjudicatário não cumprir o prazo e as demais condições estabelecidas neste Edital, será facultado à ENBPar:

- a) Convocar os Licitantes remanescentes registrados, na ordem de classificação; ou
- b) Revogar a Licitação.

18. DO CONTRATO A SER CELEBRADO

Dos Prazos

18.1. O contrato decorrente deste Edital terá prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, admitindo-se a prorrogação, mediante ajuste comum entre as Partes e celebração de termo aditivo, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 13.303, de 2016.

Da Convocação do Adjudicatário

18.2. Fica estabelecido o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação no Diário Oficial da União - DOU, para a convocação do adjudicatário visando à celebração do contrato.

18.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ENBPar.

Da Manutenção das Condições de Habilitação.

18.4. Na hipótese de que o adjudicatário não compareça ou recuse-se, de maneira injustificada, a cumprir com o objeto ora contratado, fica facultado à ENBPar convocar os Licitantes remanescentes, por ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

18.5. Fica facultado à ENBPar, quando a convocada não assinar o contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos: revogar a licitação, sem

prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital; ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

Da Manutenção das Condições de Habilitação

18.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante toda a vigência do contrato.

Da Convocação dos Licitantes Remanescentes

18.7. Na hipótese de o adjudicatário não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro Licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital.

18.8. Em caso de eventual prorrogação do prazo de vigência contratual ou de alteração do valor do Contrato, a CONTRATADA deverá atualizar ou reforçar a pertinente garantia, observado o prazo estabelecido neste Termo, que começará a correr a partir da assinatura do respectivo termo aditivo.

18.9. O contrato oferecerá detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia contratual.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, sujeito à sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ENBPar, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, o Licitante que:

19.1.1. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

19.1.2. Demonstre possuir idoneidade para contratar com a ENBPar em virtude de atos ilícitos praticados;

19.1.3. Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato;

19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

19.1.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

19.1.7. Não manter a proposta; e

19.1.8. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846, de 2013.

19.2. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o devido processo legal ao licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.3. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à ENBPar, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

19.4. Se durante o processo de aplicação da penalidade for identificada a prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, será aberto processo relacionado para levantamento preliminar dos indícios vislumbrados, com elaboração de relatório circunstanciado acerca do tema e posterior remessa à Corregedoria-Geral para tratamento nos termos do Decreto nº 11.129, de 2022.

19.5. O processamento do PAR ou a negociação do acordo de leniência não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.6. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela ENBPar deverão ser registradas e publicadas no SICAF. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, de que trata a Lei nº 12.846, de 2013.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS

20.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Edital estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG), aprovado pelo Decreto nº 11.814, de 5 de dezembro de 2023, por conta da Dotação Orçamentária nº 2.205.030.000 (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS) para o exercício de 2024 e anos posteriores.

21. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

21.1. A autoridade da ENBPar competente para homologar o procedimento licitatório de que

trata este Edital poderá:

- a)** Revogar a Licitação - por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; e
- b)** Anular a Licitação - por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.2. Os Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito ao contratado de boa-fé de ressarcimento dos encargos que, comprovadamente, tiver suportado no cumprimento do contrato.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A participação na presente Licitação implica na concordância com todos os termos e condições deste Edital e seus Anexos.

22.2. Os Licitantes arcarão, exclusiva e integralmente, com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

22.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e/ou em seus Anexos.

22.4. Somente serão aceitas as propostas e recebidos os lances encaminhados pelo Sistema Eletrônico.

22.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

22.6. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na ENBPar.

22.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a esta Licitação deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), exclusivamente no endereço de e-mail licitacoes@enbpar.gov.br até as 23h59h do dia 03/07/2024, data correspondente a 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

22.8. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, divulgando a resposta em sítio eletrônico da ENBPar.

22.8.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a ENBPar.

22.9. Esta Licitação poderá ter seu prazo para recebimento das propostas e documentação de habilitação adiado ou prorrogado.

22.10. Para dirimir as questões oriundas desta Licitação será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal.

22.11. Em caso de divergência entre o <https://www.gov.br/compras/pt-br> e este Edital e Anexos, prevalecerão as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital.

22.12. Este Edital, além da ampla publicidade decorrente da legislação, encontra-se disponível, na íntegra, na página da ENBPar na Internet: <https://enbpar.gov.br/transparencia/licitacoes-econtratos/licitacoes/>.

Brasília /DF, na data da sua assinatura eletrônica.

LEANDRO XINGÓ TENÓRIO DE OLIVEIRA

Diretor de Gestão Corporativa



TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº PA 002/2024 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SEGURADORA PARA EMISSÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL À BASE DE RECLAMAÇÕES (CLAIMS MADE BASIS) COM NOTIFICAÇÃO, ABRANGENDO SINISTROS RECLAMADOS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE E RETROATIVIDADE ILIMITADA PARA FATOS GERADORES ANTERIORES AO INÍCIO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE, DESDE QUE A RECLAMAÇÃO MOTIVADA SEJA DESCONHECIDA DO SEGURADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

Referências: Lei nº 13.303/2016, Lei nº 6.404/1976, Lei nº 14.182/2021, Decreto nº 10.791/2021, Estatuto Social da ENBPar e Regulamento Interno de Licitações e Contratos-RILC da ENBPar.



1. OBJETO

1.1. Contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para a emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, também conhecido como D&O (*Directors & Offices*), à base de reclamações (*claims made basis*) com notificações, abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice e retroatividade ilimitada para fatos geradores anteriores ao início de vigência da apólice, desde que a reclamação motivada seja desconhecida do Segurado, conforme especificações, exigências e condições estabelecidas neste instrumento de referência, conforme itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTD
1	Seguro de Responsabilidade Civil (Seguro D&O)	Apólice/Serviço	01

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. De acordo com o seu Estatuto Social, a ENBPar é uma empresa pública, de capital fechado, sociedade por ações, nascida sob a égide da Lei n. 14.182/2021, Decreto n. 10.791/2021, e demais disposições pertinentes, tendo por objeto social manter, sob controle da União, a operação de Usinas Nucleares, nos termos do art. 9º, da Lei n. 14.182/2021, o controle acionário das Indústrias Nucleares do Brasil – INB, nos termos do Decreto n. 11.235/2022, e a titularidade do capital social e a aquisição dos serviços de eletricidade da Itaipu Binacional por órgão ou por entidade da administração pública federal, para atender o disposto no Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o aproveitamento Hidroelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu (promulgado pelo Decreto n. 72.707/1973); gerir contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de



Reversão RGR, celebrados até 17 de novembro de 2016, e administrar os bens da União sob administração das Centrais Elétricas Brasileiras, SA – Eletrobras, previstos no Decreto-Lei n. 1.383/1974; administrar a conta corrente denominada Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel (Lei n. 9.991/2000); e gerir os contratos de comercialização da energia gerada pelos empreendimentos contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa (Lei n. 10.438/2002).

2.2. Conforme disposto no art. 17, §1º, da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, a Empresa Pública poderá contratar seguro de responsabilidade civil para seus Administradores, sendo a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 637, de 01 de setembro de 2021, a entidade que estabelece as diretrizes gerais aplicáveis a esta modalidade de Seguro (RC D&O (*Directors & Officers*)).

2.3. Nesse contexto, no sentido de mitigar os riscos de responsabilização civil vinculados ao exercício dos cargos pelos Administradores, a contratação em questão é necessária para a proteção do patrimônio das pessoas especificadas como SEGURADOS, visando à proteção em caso tomada de decisões/ações na qualidade de Administradores.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Tomador: Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar, inscrita no CNPJ: **43.913.162/0001-23**.

3.2. Segurados: Para todos os efeitos do seguro a ser contratado, deverão ser considerados como Segurados, a pessoa física que seja, tenha sido ou que, durante o período de vigência, se torne:

3.2.1. Diretor da Empresa; ou

3.2.2. Membro do Conselho de Administração da Empresa; ou

3.2.3. Membro do Conselho Fiscal ou órgão estatutário da Empresa; ou

3.2.4. Empregado com poder de decisão ou de representação da Empresa ou que tenha procuração para atuar em nome da Empresa sempre que realizando atos de gestão; ou



3.2.5. Empregado que não tenha poder de decisão ou representação, mas que possa ser responsabilizado ou tenha contribuído para a ocorrência de um Fato Gerador juntamente com algum Administrador; ou

3.3. Tipo de Apólice: Apólice à base de Reclamações (*claims made basis*), com cláusula de Notificações.

3.4. Limite Máximo da Garantia - LMG: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

3.5. Âmbito de Cobertura: Mundial (COM jurisdição brasileira).

3.6. Período de Vigência: Anual.

3.7. Períodos de Notificação:

3.7.1. Retroatividade: ilimitada para fatos geradores desconhecidos.

3.7.2. Data de Continuidade: ilimitada / início de vigência da 1ª contratação de uma série ininterrupta.

3.7.3. Prazo complementar: 3 anos, sem cobrança de prêmio adicional

3.7.4. Prazo suplementar: 1 ano, mediante pagamento de 75% do prêmio anual; 2 anos, mediante pagamento de 100% do prêmio anual; 3 anos, mediante pagamento de 125% do prêmio anual.

3.7.5. Prazo extra – Segurados aposentados durante a vigência da apólice: ilimitada / 10 anos.

3.7.6. Prazo extra – Demissão voluntária: ilimitada / 10 anos

3.8. Garantias Básicas:

3.8.1. Cobertura A – Pagamento ao Segurado:

Pagamento ao Segurado ou a terceiros por perda decorrente de Reclamação coberta nos termos da Apólice.

Franquia: Para esta cobertura não há aplicação de Franquia.

3.8.2. Cobertura B – Reembolso à Empresa:

Reembolso à Empresa por pagamento em nome do Segurado de perda decorrente de uma Reclamação coberta nos termos da Apólice.

Franquia: Para esta cobertura não há aplicação de Franquia.



3.9. Tipos de Reclamações

Os principais tipos de reclamações que possuem cobertura estão relacionados diretamente a Legislação Brasileira, conforme abaixo:

a) Código Civil Responsabilidade Solidária e Desconsideração da Personalidade Jurídica;

Art. 1016. Os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

b) Código Tributário Nacional (CTN) – Responsabilidade Pessoal (direta);

Art. 135. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos. III os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

c) Código de Defesa do Consumidor Desconsideração da Personalidade Jurídica; e

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a pers. jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social (...) § 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

d) Lei Anticorrupção 12.846/14, Código Penal, Lei de Falência, Lei Trabalhista e Crime Ambiental.



3.10. Coberturas

Coberturas LMG: R\$ 100.000.000,00	
Cônjuge, Herdeiros, Representantes Legais e Espólio	100% do LMG
Contadores Internos, Advogados Internos e Risk Managers	100% do LMG
Assessores do Segurado	100% do LMG
Gastos Adicionais com Especialistas	100% do LMG
Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais	100% do LMG
Reclamações tramitadas no âmbito Civil Geral, Consumerista, criminal e Concorrencial	100% do LMG
Reclamações decorrentes de Práticas Trabalhistas Indevidas	100% do LMG
Inclusão automática de novas subsidiárias (adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice)	Com até 30% dos Ativos do Tomador
Reclamações por Danos Morais	100% do LMG
Despesas de Publicidade (ENBPAR + GESTOR)	100% do LMG
Responsabilidade Tributária	100% do LMG
Custos Emergenciais	100% do LMG
Reclamações decorrentes de Erros e Omissões na Prestação de Serviços (em função da desconsideração da personalidade jurídica)	100% do LMG
Bloqueio de bens e “Penhora Online”	100% do LMG
Custos de Defesa e Acordos, inclusive depósitos recursais, TAC e TC (ACORDOS ESTÃO AMPARADOS DESDE QUE A SEGURADORA SEJA INFORMADA ANTES DA FORMALIZAÇÃO)	100% do LMG
Custos de Processo de Extradicação	100% do LMG
Custos de defesa quando da aplicação de Multas e Penalidades	100% do LMG
Gerenciamento de Crise (Pessoa Jurídica)	Sublimite de R\$ 500.000,00
Responsabilidade dos D&O's por Danos Ambientais	Custos de defesa e Indenização 100% do LMG
Reclamações de Tomador X Segurado, Acionista ou Sócio X Segurado (D&O) e segurado (D&O) X Segurado (D&O)	100% do LMG
Responsabilidade por danos corporais e danos materiais	100% do LMG
Coberturas de processos já existentes contra a Pessoa Jurídica que venham a recair contra a pessoa segurada (QUANDO O GESTOR AINDA NÃO FOI CITADO NO PROCESSO NO CNPJ DA ENBPAR)	100% do LMG
Despesas de Bens e Liberdade / Custos de Fiança e Caução Judicial	100% do LMG
Custos de Defesa para Aval e Fiel Depositário	100% do LMG
Inabilitação do Segurado	100% do LMG
Custos de Investigação Formal	100% do LMG
Cobertura Adicional – Multas e penalidades (indenizações)	➔ Cíveis e /ou Administrativas



3.11. Extensões de Coberturas:

3.11.1. Observado o Limite Máximo de Indenização por Cobertura Contratada e franquias mencionadas na Especificação, o seguro deverá amparar as seguintes coberturas:

3.11.2. Cobertura para Custos Emergenciais

3.11.2.1. Na impossibilidade da Empresa e/ou Administrador (Segurado) estabelecer contato com a Seguradora com intuito de obter consentimento para utilização de Custos de Defesa em decorrência de uma Reclamação, a Seguradora concederá aprovação retroativa para utilização de tais recursos, após o recebimento de documentos que comprovem que a Empresa e/ou Segurado não tiveram tempo hábil para dar aviso a Seguradora da utilização dos Custos Defesa para a situação emergencial.

3.11.3. Cobertura para Custos de Investigação

3.11.3.1. A Seguradora indenizará, em caso de investigação diretamente conduzida por órgão governamental contra o Segurado em virtude de qualquer Fato Gerador, os custos de defesa e despesas pertinentes à investigação, incorridas por ou em nome do Segurado, com prévia anuência da Seguradora.

3.11.3.2. Para fins desta cobertura, investigação significa qualquer procedimento investigatório, inquérito ou audiência formal ou oficial sobre os negócios da Empresa, quando conduzida por um órgão governamental, sempre que o Administrador (Segurado):

- a) Obrigatoriedade de comparecer para prestar esclarecimentos;
- b) For identificado por escrito pela autoridade investigatória como alvo de uma audiência, investigação ou inquérito.

3.11.3.3. O conhecimento de uma investigação deve ser presumido quando o Administrador (Segurado) for notificado, intimado ou inquirido pessoalmente.

3.11.3.4. Não serão consideradas investigações os procedimentos de fiscalização ou verificação rotineira, sindicâncias internas ou investigação focada no setor e não na Empresa.

3.11.3.5. Fica entendido que os custos amparados por esta cobertura não incluem remunerações de um Administrador (Segurado) e despesas incorridas pela Empresa.



3.11.4. Confisco de Bens, Restrição de Liberdade, extradição e deportação

3.11.4.1. A Seguradora pagará os Custos de Defesa do Segurado visando à dispensa, reversão, modificação ou anulação de uma ordem judicial emitida durante o Período de Vigência, decorrente de Reclamação impondo:

- a) Confisco, apropriação, sequestro, penhora ou bloqueio de direitos de propriedade sobre bens móveis ou imóveis do Administrador (Segurado);
- b) Imposição de gravame sobre bem móvel ou imóvel do Administrador (Segurado);
- c) Proibição temporária ou permanente do Administrador (Segurado) em desempenhar funções no Conselho de Administração ou Diretoria;
- d) Restrição de liberdade do Administrador (Segurado), tal como prisão domiciliar ou prisão/reclusão, determinada judicialmente, de forma preventiva ou por decisão judicial conclusiva, a fim de assegurar a aplicação de eventual penalidade;
- e) Deportação do Administrador (Segurado) após revogação de visto por qualquer motivo, exceto por condenação criminal do administrador; ou
- f) Extradição do Administrador (Segurado).

3.11.4.2. Bloqueio de Conta Corrente (Penhora On-Line).

3.11.4.3. Em caso de bloqueio por meio do sistema BACEN-JUD (Penhora On-line) de valores nas contas correntes pessoais do Administrador (Segurado), resultante de uma ordem judicial relativa a uma Reclamação, que não seja o próprio salário do Administrador (Segurado), a Seguradora, após o decurso de um período de 15 (quinze) dias a contar da penhora On-Line e desde que recebidos os documentos comprobatórios do referido bloqueio, fará indenizações mensais limitadas ao salário líquido mensal do Administrador (Segurado) ou a outro valor previamente estabelecido e mencionado na Especificação. Esta cobertura somente será aplicável para os valores vincendos após o término do período de carência acima mencionado.

3.11.4.4. A Seguradora pagará as indenizações acima mencionadas até que o primeiro dos seguintes eventos ocorra:

- a) O Limite Máximo de Indenização para essa cobertura seja esgotado; ou
- b) O bloqueio dos valores em conta corrente termine; ou
- c) O processo em questão seja extinto, concluído ou julgado.



3.11.4.5. O pagamento ao Administrador (Segurado) será feito por intermédio de um representante formal, expressamente designado por este, através de depósito em sua conta corrente.

3.11.4.6. A utilização desta cobertura se dará por ordem de comunicação à Seguradora. Na hipótese de bloqueios simultâneos e já tendo sido reduzido o Limite Máximo de Indenização para bloqueio de conta corrente, o saldo remanescente será dividido igualmente entre os Administradores (Segurados).

3.11.4.7. O valor do pagamento a ser realizado pela Seguradora fica condicionado à assinatura do “Termo de Devolução de Valores – Penhora On-line”.

3.11.4.8. O Administrador (Segurado) reembolsará a Seguradora por quaisquer pagamentos efetuados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do desbloqueio de valores nas suas contas bancárias, exceto se este desbloqueio ocorrer no final do processo e o Administrador (Segurado), por determinação judicial, for obrigado a pagar uma indenização coberta por esta Apólice. Nesta hipótese, o valor pago ao Administrador (Segurado) deverá ser deduzido da indenização a ser paga ao terceiro ou do reembolso a ser efetuado em favor do Administrador (Segurado) ou da Empresa, conforme o caso.

3.11.5. Indisponibilidade de Bens e Direitos

3.11.5.1. A Seguradora pagará as perdas diretas decorrentes de obrigações previamente contratadas à ordem de bloqueio no caso de indisponibilidade parcial ou total dos bens móveis ou imóveis (outros que não contas correntes bancárias) de propriedade do administrador (Segurado), ou de seu direito de usufruir desses bens, após o recebimento da documentação comprobatória do prejuízo e da referida indisponibilidade.

3.11.6. Danos Morais

3.11.6.1. A Seguradora indenizará as Perdas relativas às Reclamações que tenham por objetivo a condenação de um Administrador (Segurado) por Danos Morais.

3.11.7. Práticas Trabalhistas Indevidas

3.11.7.1. A Seguradora indenizará as Perdas resultantes de uma Reclamação apresentada contra um Administrador (Segurado) por Práticas Trabalhistas Indevidas.



3.11.8. Responsabilidade por Danos Materiais e Danos Corporais

3.11.8.1. A Seguradora indenizará as Perdas decorrentes uma Reclamação por danos materiais e/ou danos corporais proposta contra um Administrador (Segurado).

3.11.9. Erros e Omissões

3.11.9.1. A Seguradora indenizará as Perdas do Administrador (Segurado) por conta de reclamação decorrente de erro ou omissão na prestação de serviços profissionais praticados no exercício das suas funções desempenhados pela Empresa que sejam inerentes ao seu objeto social, exclusivamente quando da imputação indireta de responsabilidade para o Administrador (Segurado) por meio da desconsideração da personalidade jurídica da Empresa.

3.11.10. Responsabilidade por Tributos

3.11.10.1. Fica estabelecido que a Seguradora pagará débitos e/ou obrigações tributárias que sejam de responsabilidade exclusiva da Empresa e cujo ônus tenha sido necessariamente atribuído de forma solidária ou subsidiária ao Administrador (Segurado), ou ainda quando da desconsideração da personalidade jurídica da Empresa, em decorrência de sentença transitada em julgado em Tribunal Brasileiro. Tais débitos e/ou obrigações incluem impostos, contribuições previdenciárias, taxas ou demais contribuições sociais.

3.11.10.2. Para fins destas Condições Gerais não estarão amparados quaisquer débitos ou obrigações da Empresa cujo pagamento seja devido exclusivamente por ela.

3.11.11. Extensão de Prazo Complementar para Segurado Aposentado e Demissão Voluntária

3.11.11.1. Caso esta Apólice não seja renovada ou substituída por outra apólice de Responsabilidade Civil para Diretores & Administradores (Seguro D&O), a Seguradora concederá prazo de até 10 (dez) anos para apresentação de Reclamações contra o Administrador (Segurado) que venha a se aposentar ou a se desligar voluntariamente da Empresa, durante o Período de Vigência e que não ocupe, posteriormente, qualquer outra posição como Administrador da Empresa.

3.11.11.2. Esta extensão não se aplicará para os casos de demissão voluntária ocorrida a partir de uma Operação.



3.11.12. Cobertura para o Cônjuge, Espólio, Herdeiro ou Representante Legal

3.11.12.1. A Seguradora indenizará as perdas incorridas pelo cônjuge ou companheiro em união estável do Administrador (Segurado), resultantes de Reclamações que acarretem constrição do patrimônio comum, apenas no que diz respeito a atos cometidos por ou cuja responsabilidade seja atribuída ao Segurado.

3.11.12.2. Esta cobertura também se aplicará às Perdas decorrentes de Reclamações que teriam sido movidas contra o Administrador (Segurado), mas que em razão de sua incapacidade legal ou falecimento passaram a seguir contra seu Espólio, Herdeiros ou representantes legais.

3.11.13. Cobertura para Segurado de Entidade Externa

3.11.13.1. A Seguradora indenizará as Perdas relacionadas às Reclamações contra o Administrador (Segurado) indicado para atuar em uma Entidade Externa a partir de nomeação expressa da Empresa. Apenas as Reclamações ocorridas a partir desta nomeação estarão amparadas por esta apólice.

3.11.13.2. Esta cobertura se dará sempre em excesso a quaisquer outros seguros ou coberturas semelhantes contratadas por estas Entidades Externas ou diretamente por seus administradores.

3.11.13.3. Caso um Administrador (Segurado) deixe de ocupar seu cargo na Empresa depois do início do Período de Vigência, mas continue como dirigente de uma Entidade Externa, a cobertura relativa a tal Segurado permanecerá efetiva até o final do Período de Vigência.

3.11.14. Novas Subsidiárias

3.11.14.1. Se a Empresa adquirir, durante o Período de Vigência, direta ou indiretamente:

- a) O direito de nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de administração (caso existente), de órgão semelhante ou da diretoria de alguma sociedade empresária;
- b) A titularidade da maioria dos direitos de voto de alguma sociedade empresária; ou
- c) Participação de mais da metade das ações do capital social de alguma sociedade empresária e tal sociedade empresária, na época da obtenção do referido controle ou participação:



- 1) não possua ativos totais que excedam o percentual constante na Especificação dos ativos totais consolidados da Empresa na data de início do Período de Vigência; ou
- 2) não seja constituída e domiciliada nos Estados Unidos da América, seus territórios ou possessões; ou
- 3) não seja uma instituição financeira, a menos que o próprio Tomador o seja; ou
- 4) não tenha seus valores mobiliários negociados em uma bolsa de valores dos Estados Unidos da América, seus territórios ou possessões;

3.11.14.2. Então, a definição de “Subsidiária” passará a incluir tal sociedade.

3.11.14.3. Os Administradores da referida Subsidiária passarão a ter cobertura nesta Apólice somente em relação a Fatos Geradores posteriores à sua aquisição ou constituição.

3.11.14.4. Todavia, se esta sociedade não se enquadrar nas condições (1), (2), (3) ou (4) anteriores, ainda assim esta será considerada uma Subsidiária para os fins específicos desta Apólice, pelo período de 90 (noventa) dias a contar da data em que a Empresa tenha obtido o controle societário de tal sociedade, ou até o final do Período de Vigência, o que ocorrer primeiro.

3.11.14.5. Durante este período de 90 (noventa) dias, o Segurado poderá solicitar a inclusão dessa sociedade na Apólice, que deverá ser solicitada pelo Tomador. Neste caso, o Tomador deverá fornecer as informações solicitadas pela Seguradora, para uma avaliação do potencial aumento de sua exposição ao risco.

3.11.14.6. Caso a Seguradora aceite a inclusão da sociedade na Apólice, esta irá propor os devidos termos e condições, inclusive com cobrança de prêmio adicional.

3.11.14.7. Caso a Empresa não atenda as disposições do item (4), caberá à Seguradora propor os termos e condições para a inclusão desde o primeiro momento, não se aplicando a cobertura automática de 90 dias.

3.11.15. Cobertura para processos existentes contra a Empresa

3.11.15.1. Estarão cobertos por esta Apólice quaisquer processos cíveis, criminais, administrativos, regulatórios, investigativos e arbitrais existentes exclusivamente contra a Empresa, a partir da data de retroatividade concedida para esta cobertura, que venham a se tornar uma Reclamação contra o Administrador (Segurado), em razão da desconsideração da personalidade jurídica da Empresa ou de sua responsabilização



solidária ou subsidiária.

3.11.16. Reclamação apresentada por outro Administrador

3.11.16.1. A Seguradora indenizará as Perdas, exceto nos Estados Unidos da América (EUA), decorrentes de uma Reclamação contra um Administrador (Segurado) apresentada por ou em nome de outro Administrador (Segurado).

3.11.16.2. Para cada Reclamação nos EUA, em adição aos Custos de Defesa, a Seguradora também indenizará Perdas resultantes de tal Reclamação somente quando:

- a) For apresentada ou assistida por qualquer Administrador (Segurado) por Prática Trabalhista Indevida; ou
- b) For proposta por um Administrador (Segurado) por meio de denúncia à lide ou direito de regresso, se a Reclamação resultar diretamente de outra Reclamação coberta por garantia distinta nesta Apólice; ou
- c) For proposta por um ex-membro do Conselho de Administração, da Diretoria ou por um ex-empregado da Empresa ou de uma Entidade Externa.

3.11.17. Reclamação apresentada por uma Empresa ou Entidade Externa

3.11.17.1. A Seguradora indenizará as Perdas, exceto nos Estados Unidos da América (EUA), decorrentes de uma Reclamação contra um Administrador (Segurado) apresentada por ou em nome de uma Empresa ou Entidade Externa na qual o referido Administrador (Segurado) tenha atuado.

3.11.17.2. Para cada Reclamação nos EUA, e adição aos Custos de Defesa, a Seguradora indenizará Perdas resultantes de tal Reclamação somente quando:

- a) For apresentada através de uma Ação Social por um acionista da Empresa ou de uma Entidade Externa que não tenha intervindo na lide de forma voluntária, exceto por força de lei, quer seja por conta própria ou com a assistência de qualquer Administrador ou Administrador de Entidade Externa; ou
- b) For proposta por síndico, administrador judicial ou liquidante de uma Empresa ou Entidade Externa.

3.11.18. Extensão de Cobertura para Advogados Internos



3.11.18.1. A Seguradora pagará as Perdas objeto de Reclamações movidas por Terceiros contra os advogados internos da Empresa, em virtude de responsabilidade pelos atos praticados pelos advogados internos dentro das atribuições a eles conferidas por procuração e inerentes ao exercício da profissão em nome da Empresa.

3.11.18.2. Para fins desta Apólice, entende-se por Advogado Interno aquele com vínculo trabalhista perante a Empresa, quando aplicável (Advogado-Empregado).

3.11.19. Extensão de Cobertura para Contadores Internos, Risk Manager e Auditores Internos.

3.11.19.1. A Seguradora pagará as Perdas relativas a Reclamações movidas por terceiros contra os contadores internos, *risk managers* (Gerente de Riscos) internos e auditores internos da Empresa, desde que fique provado o vínculo trabalhista destes, em virtude de responsabilidade pelos atos praticados em nome da Empresa, dentro das atribuições inerentes ao exercício da profissão.

3.11.19.2. Fica entendido e acordado que o cancelamento desta Apólice não extinguirá qualquer garantia conferida por estas extensões, exceto se o cancelamento for por conta do não pagamento do Prêmio, esgotamento do Limite Máximo de Garantia, de algum Limite Máximo de Indenização ou se o Limite Agregado for atingido.

3.12. Exclusões de Cobertura

Exclusões	
Atos dolosos, crimes e fraudes	Excluído
Ofertas Públicas de Valores Mobiliários	Excluído
Reclamações anteriores ou pendentes ao início de vigência da apólice / Reclamações conhecidas	Excluído
Eventos ocorridos após o término da vigência da apólice (em caso de não renovação)	Excluído
Pagamento de multas e penalidades	Esta exclusão não se aplica Multas Cíveis e/ou administrativas – as mais permanecem excluídas
Gestor de Fundos de Pensão e/ou Instituições Financeiras	Excluído
Sanções e Embargos	Excluído



Pagamento e/ou recebimento de comissões ou vantagens indevidas".	Esta exclusão não se aplica caso ENBPAR, após o transitado e julgado venha a ser inocentada. A cobertura será sublimitada em até BRL 10.000.000,00
------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3.12.1. Qualquer reclamação conhecida pelo Segurado, antes do início de vigência do contrato de seguro e que seja objeto de cobertura da Apólice.

3.12.2. Reclamações decorrentes de:

3.12.2.1. prática de atos que assegurem ao Administrador (Segurado) a obtenção de qualquer lucro ou vantagem pessoal à qual ele legalmente não tenha direito; ou

3.12.2.2. atos dolosos ou culpa grave equiparável ao dolo praticado pelo Administrador (Segurado) ou por qualquer terceiro em benefício desse Administrador (Segurado).

3.12.2.2.1. As exclusões acima somente aplicar-se-ão na hipótese de: (i) Confissão do Administrador (Segurado) atestando sua conduta, ou (ii) Decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral final, ou qualquer outra decisão final em que reste declarada, conforme o caso, a prática do ato doloso ou fraudulento.

3.12.2.2.2. Tendo sido pago qualquer valor relativo a Custos de Defesa, ou paga qualquer indenização indevidamente, a Seguradora terá o direito de ressarcir esses valores caso fique comprovada a existência de ato doloso ou fraudulento do Administrador (Segurado).

3.12.2.3. fato Gerador anterior ao Período de Retroatividade;

3.12.2.4. gestão de plano de previdência complementar aberta ou fechada;

3.12.2.5. danos Ambientais, salvo disposição em contrário;

3.12.2.6. guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, atos de hostilidade, terrorismo, guerra civil, rebelião, revolução, insurreição, poder militar ou usurpado ou confisco ou nacionalização, ou requisição, ou destruição ou danos a propriedades por ou sob ordens de qualquer governo ou autoridade pública ou local;



3.12.2.7. quaisquer reclamações contra o Administrador (Segurado) de Subsidiária cujo fato gerador seja anterior à data de aquisição do controle ou posterior a transferência deste controle direto ou indireto pela Empresa;

3.12.2.8. qualquer dano relacionado com materiais nucleares;

3.12.2.9. multas e penalidades; e

3.12.2.10. quaisquer fatos e/ou reclamações que não sejam decorrentes de Atos de Gestão do Administrador (Segurado).

3.13. Cosseguro e Resseguro

3.13.1. Será admitida a participação de seguradoras em regime de cosseguro e/ou resseguro, nos termos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e demais normas vigentes, devendo a proposta única, ser apresentada pela líder, elencando a(s) cosseguradora(s)/resseguradora, bem como a participação de cada entidade na aceitação dos riscos do objeto do contrato de seguro em pauta.

3.13.2. A constituição do cosseguro/resseguro deverá ser efetivada por compromisso público ou particular, assumido em conjunto pela líder, por cada uma das cosseguradoras e pelo ressegurador, em caso de resseguro.

3.13.3. A Seguradora participante da licitação na condição de cosseguradora está obrigada, a exemplo da líder, a apresentar todos os documentos de habilitação, bem como aceitar todas as demais condições estabelecidas em Edital.

3.13.4. Qualquer Seguradora somente poderá participar da licitação com uma única proposta, seja de forma individual, seja sob o regime de cosseguro.

3.13.5. Em havendo cosseguro, na Apólice a ser emitida deverá ser inserida uma cláusula dispondo que o líder será a única seguradora diretamente responsável, por si própria e pelas cosseguradoras, perante a ENBPar, quanto ao fiel cumprimento de todos os compromissos assumidos nos termos do presente Edital, da proposta apresentada e da Apólice emitida.



3.13.6. A Seguradora líder será responsável pelo recebimento de prêmios e repasse às cosseguradoras das parcelas que lhes couber, bem como pelo pagamento integral à ENBPar ou aos Segurados das indenizações devidas em decorrência de sinistros, até o limite da sua cota-parte, independentemente do recebimento das cotas-parte das demais cosseguradoras, em consonância com a Resolução CNSP nº 451, de 19 de dezembro de 2022.

3.14. Condições adicionais da Apólice

3.14.1. Previsão de cláusula na apólice de não-concorrência com eventuais apólices contratadas pelas empresas controladas pela ENBPar.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação, emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, quanto à regularidade da Seguradora em relação a suas reservas técnicas e sinistro.

4.2. Certificado de Regularidade, emitido pela Superintendência de Seguros privados - SUSEP, comprovando que Seguradora/Operadora) não se encontra sob direção fiscal, intervenção ou em processo de liquidação extrajudicial.

4.3. Comprovação, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da Seguradora, de que possui nota técnica aprovada para operação e comercialização do seguro *Director and Officer* - D&O.

4.4. Comprovação de aptidão, mediante apresentação de apólice(s) emitida(s) na carteira específica de Seguro D&O - ou declaração da licitante, autenticada pela SUSEP, de que possui apólice(s) D&O ou atestado de capacidade técnica fornecido por empresa pública ou privada, demonstrando ter o licitante contratado seguro(s) com característica(s) similar(res) ao objeto desta licitação no valor mínimo segurado (LMG) de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços a serem contratados apresentam padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, enquadrando-se na classificação de serviços comuns, inclusive, são ofertados no mercado por vasta quantidade de fornecedores, com possibilidade de fácil comparação entre si.

5.2. A prestação do serviço é de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra



em regime de dedicação exclusiva, assim, não gerará vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal da ENBPar, não inerentes às categorias funcionais, portanto não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta, em regra, é vedada.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme art. 54, da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 49, inciso I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

6.2. O regime de execução do contrato será de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, condicionado ao atendimento das habilitações e exigências técnicas contidas neste Termo de Referência.

6.3. A proposta a ser apresentada pela Proponente deverá contemplar o valor Global do prêmio, devendo estar em conformidade com este Termo de Referência e com o Apêndice III - Modelo de Proposta de Preços, deste instrumento.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

7.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada a vigência do contrato, até o limite disposto no art. 71 da Lei nº 13.303/2022, a critério e conveniência da ENBPar, mediante lavratura de correspondente termo aditivo.

8. CONSÓRCIO, COOPERATIVA E SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a participação de empresas consorciadas para este objeto licitatório, visto que a natureza do objeto não configura serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.

8.2. Não será admitida a participação de sociedades cooperativas para este objeto licitatório, uma vez que, pela sua natureza, o serviço a ser contratado não evidencia a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a demandar



uma relação de subordinação entre cooperativa e cooperados, bem como, entre a ENBPar e os cooperados.

8.3. Analisando a gestão operacional do serviço, verifica-se que o modelo de execução que atende a ENBPar é incompatível com o modelo de execução do serviço de forma compartilhada ou em rodízio, tendo em vista que neste modelo as atividades de coordenação, supervisão e de preposto devem ser realizadas pelos cooperados de forma alternada ou aleatória, para que tantos quanto possíveis venham a assumir tal atribuição.

8.4. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do presente Termo de Referência, em razão da indivisibilidade e das peculiaridades do objeto a ser contratado.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todas as condições de habilitação exigidas na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da ENBPar à continuidade do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. As tratativas a respeito da entrega dos serviços objeto do presente será acompanhada e fiscalizada por representante da empresa CONTRATADA formalmente designado em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

10.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com este TR, com as cláusulas avençadas, com a Lei nº 13.303/2016 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da ENBPar, e cada Parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.3. A ENBPar nomeará empregado, especialmente designado como Fiscal do Contrato, possuindo as atribuições dos artigos 2º, inciso XXIV, 104 e 105 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da ENBPar.

10.4. As comunicações entre o Fiscal do Contrato da ENBPar e a contratada devem ser realizadas por mecanismos formais de comunicação entre a ENBPar e a CONTRATADA, podendo se utilizar de:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;



- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados; e
- e) E-mails e Cartas.

10.5. Caberá ao(s) representante(s) da ENBPar, dentre outras atribuições correlatas, atestar a execução dos serviços relativos à(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentada(s) pela CONTRATADA.

10.6. O(s) representante(s) da ENBPar anotar(ão), em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à reavaliação de falhas, defeitos ou vícios observados.

10.7. As decisões ou providências que ultrapassem a competência e/ou a atribuição do(s) representante(s) da ENBPar serão, por ele(s), solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas pertinentes.

10.8. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato pela ENBPar não excluem ou reduzem as responsabilidades e as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA.

11. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Considerar-se-á recebido o objeto do contrato mediante a apresentação tempestiva e adequada pela empresa contratada, de Apólice de Seguro D&O, além de dever entregar, em geral, ao final do contrato, ou, especificamente, quando assim acaso solicitado pela ENBPar relatório contendo, (i) de todas as informações e documentações produzidas no curso da vigência do contrato e (ii) a participação dos prepostos da empresa contratada e/ou dos profissionais do quadro de pessoal da empresa contratada, em atividade perante a ENBPar.

11.2. Após o julgamento da proposta, a homologação do resultado pela autoridade competente e a adjudicação do objeto, a ENBPar convocará a seguradora vencedora para formalização de Contrato e consequente Emissão da Apólice visando à execução do objeto desta licitação.

Recebimento Provisório

11.3. O objeto será recebido provisoriamente, conforme Apêndice I – Modelo de Certificado de Recebimento Provisório, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir da



assinatura do Contrato, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Recebimento Definitivo

11.5. O objeto será recebido definitivamente, conforme Apêndice II – Modelo de Certificado de Recebimento Definitivo - CRD, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação do atendimento da(o)s especificações/requisitos técnicas(os) e consequente aceitação mediante preenchimento do CRD.

11.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.8. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a ENBPar reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções, quando for o caso.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento do valor total do prêmio será efetuado em parcela única, conforme estabelecido em contrato, mediante as condições seguintes:

- a) O valor devido de cada parcela, após a emissão do Certificado de Aceitação Definitivo - CAD, deverá ser cobrado pela CONTRATADA, mediante a emissão de Nota Fiscal e consequente ateste do Fiscal do Contrato da ENBPar.
- b) A Nota Fiscal deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF e/ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante a apresentação pela CONTRATADA, a cada pagamento do valor devido, dos seguintes documentos:



- Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- Certificado de Regularidade do FGTS; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.1.1. O pagamento devido à CONTRATADA deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento dos documentos de cobrança devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato, representante da ENBPar, caso não haja outra definição no contrato. Caso o dia do pagamento caia em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á primeiro dia útil subsequente.

12.1.2. A ENBPar reserva-se ao direito de descontar do faturamento da contratada os débitos e as multas previstos em contrato.

12.1.3. A contratada deverá emitir nota fiscal própria em nome da ENBPar no valor e no prazo ajustados contratualmente.

12.1.4. A nota fiscal não aprovada pela ENBPar será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando novo prazo de pagamento, a partir da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal não aprovada pela ENBPar, em hipótese alguma autorizará ou ensejará a suspensão da execução do objeto contratual.

12.1.5. No caso de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela ENBPar e, **mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente**, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{AF} = [(1 + \text{IPCA}/100) \text{ N}/30 \text{ 1}] \times \text{VP}, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.



13. SANÇÕES

13.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços objeto do contrato a ENBPar poderá aplicar, garantida a prévia defesa à contratada, as sanções previstas na Lei nº 13.303/2016 e no contrato.

13.2. No caso de atraso injustificado na prestação dos serviços contratados, a ENBPar aplicará à contratada, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratual, contados a partir do limite estabelecido para conclusão do evento, limitada a 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, podendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela ENBPar.

13.3. O descumprimento das demais condições pactuadas, sem prejuízo de outras cominações previstas em lei, acarretará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela ENBPar, limitado a 20% (vinte por cento).

13.4. Se a multa for de valor superior ao dos créditos da contratada, além de deixar de receber estes créditos, responderá a contratada pela diferença, a qual poderá, inclusive, ser cobrada judicialmente.

14. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

14.1. A apólice objeto deste Termo de Referência deverá ser disponibilizada na Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A., cujo Escritório Sede da ENBPar está situado no Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B, Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, Brasília-DF, CEP: 70.308-200, ou em local que venha se subsidiar.

14.2. Poderá, alternativamente ao envio da via física e sem prejuízo deste, o encaminhamento da apólice via e-mail indicado pela fiscalização do Contrato decorrente do objeto.

15. ESTIMATIVA DE VALOR E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

15.1. O valor orçado não será divulgado, conforme previsto no art. 34 da Lei nº 13.303/2016, sendo utilizado orçamento sigiloso para incentivar a competitividade entre os participantes, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e por consequência, visando ao princípio do interesse público.



15.2. O valor de orçamento apurado para esta contratação está previsto na Dotação Orçamentária: 2.205.030.000, e constará igualmente na mesma rubrica orçamentária para os PDG dos anos posteriores, no exercício de 2024 e anos posteriores.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Apresentar, sempre que exigidas pela ENBPar, as provas de que estão sendo cumpridas as disposições legais e as normas emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante declaração expedida pelo referido Órgão, dentro da data de validade.

16.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.3. Pagar todos os tributos, condições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o contrato ou seu objeto, ficando desde já convencionado que a ENBPar poderá descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que a ENBPar venha a efetuar por imposição legal.

16.4. Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre os dados, documentos especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pela ENBPar, de que venha a ter conhecimento em virtude desta contratação, bem como a respeito da execução e resultados obtidos nesta prestação de serviços, inclusive após o término do prazo de vigência deste contrato, salvo quando expressamente autorizada pela ENBPar.

17. OBRIGAÇÕES DA ENBPar

17.1. Efetuar os pagamentos devidos nas condições e preços estabelecidos na apólice.

17.2. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto deste CONTRATO.

17.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

17.4. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do CONTRATO por intermédio de empregados próprios designados para este fim.



17.5. Dar imediato aviso de ocorrência à CONTRATADA, pelo meio mais rápido de que dispuser, entregando-lhe relatório completo dos fatos, mencionando as circunstâncias do sinistro, providências de ordem policial que tenham sido tomadas e tudo mais que possa contribuir para esclarecimento a respeito da ocorrência.

18. MANUTENÇÃO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

18.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento em virtude da execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob as penas da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela ENBPar a tais documentos.

18.2. A CONTRATADA deverá guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

18.3. A CONTRATADA deverá ter conhecimento e observar o [Código de Conduta e Integridade da ENBPar](#), disponível na página da ENBPar.

19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

19.1. A pretensa contratação não acarreta impacto ambiental, tampouco carece de medidas de tratamento para sua execução.

20. MATRIZ DE RISCOS

20.1. A presente contratação, em razão da natureza do objeto, não enseja a elaboração de Matriz de Riscos.

21. REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

21.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A contratação a ser firmada reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie e ainda, disposições que a complementarem, alterarem ou regulamentarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes dela.

22.2. Poderão ser aplicadas penalidades à CONTRATADA, de acordo com o quanto disposto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/ENBPar, sem prejuízo de direito à rescisão do contrato e as perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa nos termos da lei.

23. CONCLUSÃO

23.1. Diante da necessidade premente da contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil D & O (Directors & Offices), para os administradores da ENBPar, com retroatividade ilimitada para os atos cobertos, conforme as especificações constantes deste TR e anexos, tendo por base as contextualizações, justificativas, tempestividade e as características específicas da contratação ora proposta, exsurge plenamente justificada a necessidade de processo licitatório para contratação do objeto descrito neste TR.

MINUTA DE CONTRATO – ANEXO B**NUP 00004.000003/2024-91****CONTRATO Nº XX/202X-ENBPar**

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A – ENBPar** E A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PARA CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA, COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA NO MERCADO NACIONAL, PARA A EMISSÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL, TAMBÉM CONHECIDO COMO D&O (*DIRECTORS & OFFICERS*), À BASE DE RECLAMAÇÕES (*CLAIMS MADE BASIS*) COM NOTIFICAÇÕES, ABRANGENDO SINISTROS RECLAMADOS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE E RETROATIVIDADE ILIMITADA PARA FATOS GERADORES ANTERIORES AO INÍCIO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE, DESDE QUE A RECLAMAÇÃO MOTIVADA SEJA DESCONHECIDA DO SEGURADO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA-ANEXO A DO EDITAL.

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A – ENBPar**, CNPJ n.º 43.913.162/0001-23, situada no Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200, doravante denominada – **ENBPar**, neste ato representada, nos termos de seu Estatuto Social, por seu Diretor **XXXXX XXXXXXXXXXXX**, eleito na XX Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **ENBPar** e empossado pelo Termo de Posse, de XX de xxxxx de 2023, e por seu Diretor **XXXXXXXXXX**, eleito na XX Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **ENBPar** e empossado pelo Termo de Posse, de XX de xxxxx de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa

XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXX, na XXXXXXXXXXXX, CEP:XX.XXX-XXX, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, de acordo com a representação legal por seu ato constitutivo, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato que foi precedido do Processo de Licitação nº 90006/2024, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, com fundamento legal nas disposições da Lei nº 13.303, de 2016; da Lei Complementar nº 123, de 2006; do Decreto nº 8.538, de 2015; da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber, e do [Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ENBPar](#), estando as Partes sujeitas aos demais dispositivos legais pertinentes e às Cláusulas a seguir dispostas:

CLÁUSULA 1ª – DA COMPETÊNCIA

1.1. De acordo com o artigo 71, inciso VII, e artigo 72, inciso IV, ambos do Estatuto Social da ENBPar, o Diretor-Presidente tem competência para assinar este Contrato, juntamente com a Diretoria da Unidade Solicitante (DUS).

1.2. De acordo com os Atos Constitutivos da CONTRATADA, o Sr. XXXXXXXXXXXX, tem competência para assinar este Contrato.

CLÁUSULA 2ª – DOS ANEXOS

2.1. São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição, cujo teor as partes se obrigam e declaram ter pleno conhecimento:

- I) TERMO DE REFERÊNCIA - TR N° 002/2024-DGC-ENBPar consignado no Anexo A do Pregão Eletrônico nº 90006/2024;
- II) Proposta Comercial da CONTRATADA; e
- III) Demais documentos e anexos vinculados ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90006/2024.

2.2. Integrarão este Contrato como Apêndices, os documentos elencados abaixo:

- I. Matriz de Risco;
- II. Certificado de Aceitação Provisória – CAP;
- III. Certificado de Aceitação Definitiva – CAD;
- IV. Proposta da Contratada; e
- V. Declaração Antinepostismo.

2.3. Em caso de divergência entre as cláusulas contratuais e os Anexos, prevalecerão as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais.

CLÁUSULA 3ª - DO OBJETO

3.1. O objeto deste Contrato é a contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para a emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, também conhecido como D&O (*Directors & Officers*), à base de reclamações (*claims made basis*) com notificações, abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice e retroatividade ilimitada para fatos geradores anteriores ao início de vigência da apólice, desde que a reclamação motivada seja desconhecida do Segurado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (Anexo A) deste Edital.

3.2. A descrição e especificação do objeto estão especificadas no Termo de Referência (Anexo A) ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90006/2024.

CLÁUSULA 4ª – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

4.1. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante todo o prazo de execução, as condições de habilitação que tenham sido exigidas no processo de Licitação, que antecedeu a assinatura deste Contrato (artigo 69, inciso IX da Lei nº 13.303, de 2016).

4.2. Constatada situação de irregularidade da **CONTRATADA** quanto a sua habilitação, a ENBPar providenciará sua notificação, por escrito, determinando prazo para que a **CONTRATADA** regularize sua situação junto aos órgãos competentes ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão deste Contrato.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DA ENBPar

São obrigações da **CONTRATADA**, entre outras previstas neste Contrato e no Termo de Referência, em especial as especificações da apólice:

5.1. A ENBPar obriga-se a cumprir os termos dos Contratos a serem celebrados, e ainda receber o objeto contratado que esteja em conformidade com este Contrato.

5.2. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos prazos e condições estabelecidos em Contrato.

5.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre todas as falhas, erros, imperfeições ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratado, dando-lhe, inclusive, prazo para correção, sem ônus adicional à ENBPar.

5.4. Sustar a execução de quaisquer entregas/serviços/trabalhos que estiverem em desacordo com o especificado no Termo de Referência ou no Contrato, ou por qualquer outro motivo que

caracterize a necessidade de tal medida.

5.5. Permitir o acesso do pessoal da **CONTRATADA** às instalações da ENBPar, sempre que se fizer necessário, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusividade para execução dos serviços contratados.

5.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

5.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto contratado conforme previsto no Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC da ENBPar.

5.8. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** em relação à execução do objeto contratado.

5.9. A ENBPar não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 6ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**, entre outras previstas neste Contrato e no Termo de Referência, em especial as especificações da apólice:

6.1. Apresentar, sempre que exigidas pela ENBPar, as provas de que estão sendo cumpridas as disposições legais e as normas emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante declaração expedida pelo referido Órgão, dentro da data de validade.

6.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. Pagar todos os tributos, condições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o contrato ou seu objeto, ficando desde já convencionado que a ENBPar poderá descontar de qualquer crédito da **CONTRATADA** a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que a ENBPar venha a efetuar por imposição legal.

6.4. Manter sigilo relativamente ao objeto contratado, bem como sobre os dados, documentos especificações técnicas ou comerciais e demais informações, não tornadas públicas pela ENBPar, de que venha a ter conhecimento em virtude desta contratação, bem como a respeito da execução e resultados obtidos nesta prestação de serviços, inclusive após o término do prazo de vigência deste

contrato, salvo quando expressamente autorizada pela ENBPar.

6.5. Cumprir, integralmente, as disposições contidas na Proposta Comercial apresentada, no Termo de Referência e neste Contrato.

6.6. Atender prontamente, por meio do Fiscal do Contrato da ENBPar, quaisquer orientações e exigências da ENBPar inerentes à execução do objeto contratual.

6.7. Responder, integralmente, por quaisquer danos diretamente causados à ENBPar ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da execução contratual.

6.8. Propiciar todos os meios necessários à execução do Contrato, permitindo a atuação do Fiscal do Contrato da ENBPar que terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, do objeto contratado, desde que motivadas as causas e justificativas de tal medida.

6.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA 7ª - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste Contrato serão exercidos por um empregado da ENBPar, especialmente designado nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar (arts. 2º, inciso XXIV, 104 e 105), que ficará responsável pela verificação de conformidade da prestação dos serviços, técnicas e ferramentas empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento deste Contrato.

7.2. A fiscalização deste Contrato pela ENBPar não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da ENBPar ou de seus agentes e prepostos.

7.3. A Fiscalização acompanhará o cumprimento das disposições contratuais, inspecionará os serviços e terá plenos poderes para:

- a) Propor as medidas que couberem para cada caso não especificado no Termo de Referência;
- b) Rejeitar, a qualquer tempo, material, ferramenta ou serviço, que deverão ser substituídos pela **CONTRATADA**, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem ônus para a ENBPar;
- c) Certificar autorizando os pagamentos do objeto adquirido/serviço; e

d) Emitir o CAP e ou CAD, atestando o perfeito recebimento do objeto contratado.

7.4. O Fiscal do Contrato poderá, a qualquer tempo, solicitar informações ou documentos para averiguar o cumprimento das obrigações legais por parte da **CONTRATADA**.

7.5. Caberá ao(s) representante(s) da ENBPar, dentre outras atribuições correlatas, atestar a execução dos serviços relativos à(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentada(s) pela **CONTRATADA**.

7.6. O(s) representante(s) da ENBPar anotar(á), em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à reavaliação de falhas, defeitos ou vícios observados.

7.7. As decisões ou providências que ultrapassem a competência e/ou a atribuição do(s) representante(s) da ENBPar serão, por ele(s), solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas pertinentes.

7.8. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato pela ENBPar não excluem ou reduzem as responsabilidades e as obrigações assumidas pela empresa **CONTRATADA**.

7.9. Todas as comunicações entre o Fiscal do Contrato e a **CONTRATADA** serão feitas por escrito.

Mecanismos formais de comunicação

7.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação entre a ENBPar e a **CONTRATADA**:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados; e
- V) E-mails e Cartas.

CLÁUSULA 8ª – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FINANCEIROS

8.1. Os recursos orçamentários financeiros necessários à realização do objeto deste Edital estão consignados no Programa de Dispêndio Global (PDG), aprovado pelo Decreto nº 11.814, de 5 de dezembro de 2023, por conta da Dotação Orçamentária nº 2.205.030.000 (OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS) para o exercício de 2024.

CLÁUSULA 9ª – DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução deste Contrato é de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

CLÁUSULA 10ª - DO VALOR/PREÇO

10.1. Pelos serviços objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

10.2. O valor acima inclui:

- I) Todos os materiais, serviços, ferramentas e componentes empregados para execução integral e perfeita do objeto contratado;
- II) Todos os tributos, custos, seguros e encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre a **CONTRATADA** para execução integral e perfeita do objeto contratado; e
- III) Todas as despesas com o pessoal da **CONTRATADA**, tais como mão de obra, deslocamentos, estadias e diárias, se for o caso.

CLÁUSULA 11ª - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento da Nota Fiscal referente ao objeto contratado será efetuado pela ENBPar, por meio de depósito bancário.

11.2. A ENBPar pagará à **CONTRATADA** parcela única, conforme estabelecido neste Contrato, mediante as condições seguintes:

11.2.1. O valor devido, após a entrega do objeto, mediante a emissão de Nota Fiscal pela **CONTRATADA** e atestado do Fiscal do Contrato da ENBPar.

11.2.2. A Nota Fiscal será emitida contendo, discriminadamente:

- a) número do Contrato;
- b) nome e código do Banco, nome e código da agência e número da conta para depósito;
- c) descrição do serviço; e
- d) dados da ENBPar:

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar

- CNPJ: 43.913.162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701, 702, 704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200.

11.3. O pagamento devido à **CONTRATADA** deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento dos documentos de cobrança por representante da ENBPar, caso não haja outra definição no Contrato. Caso o dia do pagamento caia em sábado, domingo ou feriado, considerar-se-á primeiro dia útil subsequente.

11.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação pela **CONTRATADA** da seguinte documentação:

11.5. Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

11.6. Certidão de Regularidade do FGTS;

11.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e

11.8. Declaração da Empresa Optante do Simples Nacional, se couber.

11.9. A **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal própria em nome da ENBPar no valor e no prazo ajustados contratualmente.

11.10. A nota fiscal não aprovada pela ENBPar será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando novo prazo de pagamento, a partir da data de sua reapresentação. A devolução da nota fiscal não aprovada pela ENBPar, em hipótese alguma autorizará ou ensejará a suspensão da execução do objeto contratual.

11.11. No caso de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela ENBPar e, mediante pedido da **CONTRATADA**, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100) N/30 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento;

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

CLÁUSULA 12ª – DO REAJUSTE

12.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta, mediante solicitação da **CONTRATADA**, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA 13ª – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da ENBPar ou mediante solicitação da **CONTRATADA**, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado a **CONTRATADA** nos termos da Cláusula de Matriz de Riscos, respeitando-se o seguinte:

- a) a **CONTRATADA** deverá formular à ENBPar um estudo pormenorizado para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- c) com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da Proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

13.2. A variação cambial não poderá ser considerada suficiente para fundamentar o pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro. Há a necessidade de uma análise global dos custos, incluindo todos os insumos relevantes e não só aqueles que sofreram incidência da moeda estrangeira.

13.3. Comprovar o rompimento severo na equação econômico-financeira, impondo a onerosidade excessiva a uma das Partes.

13.4. A variação cambial deve fugir à flutuação cambial típica de regime de câmbio flutuante.

13.5. A elevação dos encargos não pode derivar de conduta culposa da **CONTRATADA**.

13.6. Comprovação de que para cada insumo ou serviço, a **CONTRATADA** contraiu obrigação em moeda estrangeira e recebeu pagamento em moeda nacional (não haverá indexação pela variação cambial).

13.7. Deve haver nexo de causalidade entre o evento superveniente e a onerosidade excessiva.

13.8. Considerar os reajustes concedidos nas análises dos pleitos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

13.9. Independentemente de solicitação, a ENBPar poderá convocar a **CONTRATADA** para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na Proposta da **CONTRATADA**, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à **CONTRATADA** apresentar as informações solicitadas pela ENBPar.

13.10. A **CONTRATADA** deverá solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda, que:

- a) caso o fato gerador do reajuste e/ou da revisão de preços ou a divulgação do índice de reajuste ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador ou da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste e/ou a revisão de preços;
- b) caso a divulgação do índice de reajuste ocorra após o encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de divulgação do índice, para solicitar o reajuste de preços;
- c) a ENBPar deverá analisar o pedido de reajuste e/ou revisão de preços em até 90 (noventa) dias, contados da solicitação e da entrega pela **CONTRATADA** dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério do ENBPar, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos; e
- d) caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste e/ou revisão de preços nos prazos fixados acima, operar-se-á a renúncia a eventual direito ao reajuste e/ou à revisão.

CLÁUSULA 14ª - DA MATRIZ DE RISCO

14.1. A ENBPar e a **CONTRATADA**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à Parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos – Apêndice I - deste Contrato.

14.2. A revisão de preço aludido na Matriz de Riscos deve respeitar o disposto na Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro deste Contrato.

14.3. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA 15ª - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

15.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do instrumento, sendo permitida a prorrogação contratual, mediante ajuste comum entre as Partes e celebração de termo aditivo, observado o disposto no artigo 71 da Lei nº 13.303, de 2016 e art. 93 do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar.

CLÁUSULA 16ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do presente Termo de Referência, em razão da indivisibilidade e das peculiaridades do objeto a ser contratado.

CLÁUSULA 17ª - DA ALTERAÇÃO

17.1. Este Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, observadas as hipóteses e limites previstos no art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

17.2. É vedada a modificação contratual que mude a natureza do objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo A) do Edital do Pregão Eletrônico nº 90006/2024.

17.3. As alterações contratuais serão formalizadas por termo aditivo, ressalvadas as hipóteses legais previstas no art. 81, §7º da Lei nº 13.303, de 2016, que podem ser registradas por apostilamento.

Da Alteração Subjetiva

17.4. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica: (i) todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; (ii) sejam mantidas as cláusulas e condições deste Contrato; (iii) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e (iv) haja a anuência expressa da ENBPar quanto à continuidade do Contrato.

CLÁUSULA 18ª – DA RESCISÃO

18.1. Este Contrato poderá ser rescindido:

- a) Unilateralmente e por escrito pela ENBPar, nos casos enumerados nos subitens I a XII e XIV do Item 18.3 deste Contrato;
- b) Por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a ENBPar; ou
- c) No âmbito judicial.

18.2. A rescisão unilateral ou por acordo entre as Partes deverão ser precedidas de autorização escrita e justificada do Diretor-Presidente da ENBPar.

18.2.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão, sem prejuízo das consequências cabíveis.

18.3. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- I) Descumprimento material e não remediado dos prazos estabelecidos neste Contrato;
- II) Lentidão do cumprimento deste Contrato, gerando à ENBPar a impossibilidade da conclusão do objeto deste Contrato nos prazos e condições estipulados;
- III) Atraso injustificado da execução do objeto deste Contrato;
- IV) Paralisação da execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e sem prévia comunicação à ENBPar;
- V) Subcontratação do objeto contratual, bem como a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, quando vedadas no Edital de Licitação ou neste Contrato;
- VI) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas em registro próprio pelo Fiscal do Contrato, sem a devida regularização das faltas ou defeitos observados;
- VII) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
- VIII) Dissolução da **CONTRATADA**;
- IX) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste Contrato;
- X) Razões de interesse da ENBPar, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- XI) Atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos deste Contrato, ou nas parcelas do objeto contratual já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XII) Não liberação, por parte da ENBPar, de área ou local para execução do objeto contratual, nos prazos estabelecidos neste Contrato;
- XIII) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução deste Contrato, e, ainda, ocorrência do perecimento do objeto contratual; ou
- XIV) Não constituição de garantias no prazo e nas condições previstos neste Contrato.

18.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos subitens X a XIII do Item 18.3, sem que haja culpa

da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) Devolução de garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão; e/ou
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

18.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução contratual, será prorrogado, automaticamente por igual tempo.

18.6. A rescisão de que tratam os subitens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e XIV do Item 18.3 acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato:

- a) assunção imediata do Objeto Contratual, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da ENBPar, se for o caso;
- b) ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessários à sua continuidade, se for o caso;
- c) Execução da garantia contratual, para ressarcimento da ENBPar; e
- d) Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à ENBPar, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

CLÁUSULA 19ª – DAS SANÇÕES

19.1. Com fulcro nos arts. 82 a 84 da Lei nº 13.303, de 2016 e nos arts. 106 a 109 do Regulamento Interno de Licitações - RILC da ENBPar, pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantidos o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista neste Contrato; e
- c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a ENBPar por prazo não superior a 2 (dois) anos.

19.2. A Multa a que alude este artigo, a qual poderá ser descontada da garantia contratual apresentada pelo contratado, não impede que a ENBPar rescinda o Contrato e/ou aplique as outras sanções previstas neste Regulamento e no Contrato.

19.3. Se a Multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela ENBPar ou, ainda, quando for o caso, cobrada administrativa ou judicialmente.

19.4. As sanções previstas nos subitens I e III poderão ser aplicadas em conjunto com o subitem II, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA** ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

19.5. A sanção prevista no subitem III poderá também ser aplicada nas hipóteses previstas no artigo 84, incisos I, II e III, da Lei nº 13.303, de 2016.

19.6. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar, a **CONTRATADA** que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente quaisquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal; e
- f) Não manter a proposta.

19.7. A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 19.6. ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.7.1. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas ocorrências que não impliquem prejuízo significativos para a ENBPar e que não comprometam a continuidade da execução do objeto deste Contrato.

19.7.2. Multas Moratórias

19.7.3. Atraso injustificado na entrega do objeto, em relação aos prazos previstos no item 11 e seus subitens deste instrumento: 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia, contados a partir do limite estabelecido para conclusão do evento, limitada a 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, podendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela ENBPar, ensejando a penalidade prevista na alínea 'a' do subitem 19.7.4.

19.7.4. Multas Compensatórias

- a) Em caso de inexecução parcial do objeto será aplicada multa compensatória de 10% (dez por cento) *pro rata* sobre o objeto não entregue, podendo ensejar a rescisão contratual.
- b) Em caso de inexecução total do objeto, será aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) *pro rata*, ensejando a rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.8. As multas, de que tratam o subitem 19.7.4, serão aplicadas após regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, e será descontada da garantia contratual

prestada pela **CONTRATADA**, cujo valor superior ao valor da garantia contratual, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a ser deduzida dos créditos da **CONTRATADA** decorrentes deste Contrato, e, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

19.9. As sanções e consequências previstas neste Contrato poderão ser aplicadas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

19.10. As multas previstas neste Contrato não impedem a ENBPar de rescindir o Contrato e de aplicar demais sanções previstas em lei.

19.11. As sanções aplicadas por violação às normas do Regulamento de Licitações e Contratos da ENBPar ou de disposição legal serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

CLÁUSULA 20ª - DOS ILÍCITOS PENAIS

20.1. As infrações penais tipificadas no artigo 41 da Lei nº 13.303, de 2016, c/c artigo 185 da Lei nº 14.133, de 2021, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA 21ª - DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

21.1. Será considerado caso fortuito ou de força maior, para efeitos de rescisão contratual unilateral ou de aplicação de multa, o inadimplemento decorrente das situações a seguir, descritas, quando vierem a afetar a execução do objeto deste Contrato:

- a) Greve geral;
- b) Interrupção dos meios normais de transportes;
- c) Calamidade pública;
- d) Acidentes, sem culpa da **CONTRATADA**, que impliquem retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- e) Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;
- f) Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do objeto contratual ou de suas especificações, desde que autorizada pela ENBPar;
- e,
- g) Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro.

21.2. Quaisquer dos motivos acima enumerados deverão ser devidamente justificados pela **CONTRATADA** perante a ENBPar, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

CLÁUSULA 22ª – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DO SIGILO

22.1. Quando da realização de tratamento de dados pessoais, seja como controlador ou operador, as Partes obrigam-se a atuar, quer seja através de seus representantes legais, colaboradores ou por terceiros que participem diretamente ou por determinação destes, em conformidade com a Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além das normas e dos regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de dados acerca da matéria, assim como as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores competentes emitidas posteriormente à assinatura deste Contrato.

22.2. As Partes executarão os trabalhos, em que haja tratamento de dados pessoais, a partir das premissas e princípios da Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

22.3. As Partes concordam que o tratamento de dados pessoais, sempre que necessário, observará o consentimento do titular dos dados pessoais, de forma livre, informada, inequívoca e relacionada à finalidade determinada.

22.4. As Partes se comprometem, mutuamente, ao cumprimento da Lei nº 13.709, de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), devendo alterar ou adequar as regras de negócios aplicáveis a essas premissas legais, sempre que solicitado ou necessário, além de utilizarem os serviços seguindo as regras aplicáveis ao tratamento de dados pessoais.

22.5. As Partes ficam obrigadas a manter registro contínuo das operações de tratamento de dados pessoais que realizam, especificando prazo, tempo de processamento, segurança, finalidade, sigilo e base legal, conforme art. 37 da Lei nº 13.709, de 2018, o registro terá “extrema importância, quando o processamento se der por interesse do Controlador e Operador – hipótese de dispensa de consentimento, art. 7º, IX, LGPD.

22.6. Por este Contrato, as Partes manterão todas as informações que tiver acesso no exercício ou em decorrência de suas atividades, em estrito sigilo e confidencialidade, comprometendo-se a não divulgar, direta ou indiretamente, ativa ou passivamente, qualquer informação a terceiros, sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, bem como, usará tais informações exclusivamente para o desenvolvimento do objeto deste Contrato.

22.7. As Partes asseguram que medidas técnicas e organizacionais de segurança estão sendo utilizadas para proteger os dados pessoais contra tratamento ilícito e desautorizado e contra vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo.

22.8. As Partes informarão imediatamente e prestarão toda a colaboração necessária em caso de investigação ou instauração de procedimento administrativo em razão de quebra de segurança, ou

suspeita da mesma.

22.9. As Partes asseguram que quaisquer colaboradores ou prestadores de serviços externos que atuem em conjunto com qualquer dos partícipes na realização dos seus serviços e que venham a ter acesso a dados pessoais cumpram as legislações aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, bem como as disposições do presente documento.

22.10. Cada partícipe declara expressamente que tem ciência de que será o único e exclusivo responsável por qualquer violação à legislação aplicável em razão de tratamento ilícito e desautorizado de dados pessoais sob seu controle, bem como em caso de vazamentos acidentais, destruição ou prejuízo de tais informações.

CLÁUSULA 23ª - DOS ENDEREÇOS / INFORMAÇÕES

23.1. As comunicações entre as Partes deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

ENBPar:

EMPRESA BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÕES EM ENERGIA NUCLEAR E BINACIONAL S.A - ENBPar

CNPJ: 43.913162/0001-23 - Endereço: Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Torre B, Salas 701,702,704, 705 e 801, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.308-200.

Endereço de e-mail: xxxxx@enbpar.gov.br

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Rua XXXXXXXXXXXX – XXXXXXXXXXXX – XX, CEP: XX.XXX-XX

Contato: XXXXXXXXXXXX – Telefone : XXXXXXXX E-mail: XXXXXX@XXXXXX

Conta Corrente: XXXX - Agência: XXXX - Banco: XXXXX

CLÁUSULA 24ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Este Contrato não implica vínculo de natureza empregatícia/trabalhista entre a ENBPar e os empregados ou prepostos da **CONTRATADA** e nem entre a ENBPar e os empregados ou prepostos de eventual **CONTRATADA**.

24.2 A fim de atender ao disposto neste Contrato, a **CONTRATADA** declara, de forma irrevogável e irretratável, que executará o objeto contratual sem caracterização de vínculo empregatício/trabalhista, sem subordinação ou pessoalidade com a ENBPar, sendo o objeto deste Contrato executado pela **CONTRATADA** com total autonomia.

24.3 Em qualquer demanda judicial, oriunda direta ou indiretamente deste Contrato, a **CONTRATADA** declara, de forma irretratável e irrevogável, que assumirá o polo passivo da ação judicial, eximindo, desde já, a ENBPar de quaisquer responsabilidades pelo litígio, bem como que solicitará, automaticamente, a exclusão da ENBPar da lide, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** a discussão judicial.

24.4 Eventuais alterações deste Contrato, que venham a ser discutidas e aprovadas de comum acordo entre as Partes, deverão, necessariamente, ser formalizadas por meio de termo aditivo.

24.5 Dada a natureza jurídica da **CONTRATANTE**, elegem as Partes o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal para dirimir as questões oriundas deste Contrato.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as Partes assinam o presente Contrato de forma digital, produzindo seus efeitos a partir da última assinatura aposta por representante legal.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:



NUP: 00004.000003/2024-91

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024

APÊNDICE I - MATRIZ DE RISCOS

Risco	Descrição do Risco	Efeitos / Consequências	Possibilidade de Aditivo	Medidas Mitigadoras	Alocação
Riscos quanto ao cumprimento de prazos	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado	Indisponibilidade do objeto do contrato, total ou parcialmente	Não	Diligência do Contratado na execução contratual	Contratado
			Não	Cláusulas contratuais prevendo a aplicação de penalidade, multa e/ou rescisão.	ENBPar
	Fatos impeditivos da execução do contrato próprios ao risco ordinário da atividade empresarial	Indisponibilidade do objeto do contrato, total ou parcialmente	Não	Planejamento empresarial	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do contrato que tenham sido determinados pela ENBPar ou decorrentes de fatos extraordinária	Indisponibilidade do objeto do contrato, total ou parcialmente	Não	Monitoramento contínuo da execução contratual Reequilíbrio econômico-financeiro	ENBPar
		Aumento do custo dos serviços	Sim		



Riscos do processo de licitação	Execução de serviços por colaborador com desvios éticos	Fraude em compras e contratações; Vazamento de informações estratégicas ou sigilosas.	Não	Políticas, normas e procedimentos internos. Legislação vigente. Termo de Consentimento para Tratamento dos Dados Pessoais, Sigilo e Responsabilidade. Código de Conduta e Integridade da ENBPar.	ENBPar
	Ausência de licitantes	Cancelamento da licitação	Não	Ampla divulgação nos meios de comunicação.	ENBPar
Risco da situação de regularidade	Não estar regular com a Seguridade Social (INSS e FGTS), ou com a Secretaria da Receita Federal do Brasil ou possuir Débitos Trabalhistas.	Cancelamento da contratação	Não	Avaliação imediata da situação para reiniciar processo de contratação	ENBPar
			Não	Regularização dos débitos de forma imediata.	Contratado
Riscos quanto à ocorrência de falhas na execução	Execução do objeto em desconformidade com o exigido no Edital	Necessidade de readequação do serviço Indisponibilidade do objeto do contrato, total ou parcialmente	Não	Diligência do Contratado na execução contratual	Contratado
			Não	Monitoramento contínuo da execução contratual Cláusulas contratuais prevendo a aplicação de	ENBPar



				penalidade, multa e/ou rescisão	
	Abandono do Contrato por parte da Contratada	Não obtenção do objeto do contrato, no todo ou em parte	Não	Diligência do Contratado na execução contratual	Contratado
			Não	Avaliação imediata da situação para reiniciar processo de contratação	ENBPar
Riscos impactantes no equilíbrio econômico-financeiro	Mudança Tributária	Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos que reduzam ou aumentem os custos do produto/insumo.	Sim	Recomposição do equilíbrio econômico do Contrato.	Contratada
			Sim		ENBPar

NUP: 00004.000003/2024-91

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024

APÊNDICE II - MODELO DE CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

<u>CAP CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA</u>	
<u>CONTRATO:</u>	
<u>CONTRATADA:</u>	
<u>OBJETO:</u>	
<u>LOCAL :</u>	
<u>DESCRIÇÃO:</u> Declaramos que o objeto do contrato firmado com a empresa XXXXXXX, foi recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços e especificados no Termo de Referência e no instrumento contratual.	
<u>ANEXOS A ESTE CERTIFICADO (se for o caso):</u> 	
<u>OBSERVAÇÕES:</u> 	
<u>LOCAL E DATA:</u>	<u>Brasília-DF, na data de sua assinatura eletrônica.</u>
 <hr/> <u>ENBPar</u> <u>FISCAL DO CONTRATO</u>	

NUP: 00004.000003/2024-91

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024

APÊNDICE III- MODELO DE CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA

CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA - CAD	
CONTRATO Nº	
CONTRATADA:	
OBJETO:	
<p>O serviço prestado/ objeto entregue pela empresa XXXXXXXXXXXXXXXX ocorreu dentro das normas e condições estabelecidas, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, da proposta da Contratada e do instrumento contratual. Assim, declaramos o recebimento definitivo do objeto contratual, ressalvado fato superveniente conhecido após a emissão deste CERTIFICADO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA – CAD.</p>	
DOCUMENTOS VINCULADOS A ESTE CAD (se for o caso):	
ANEXOS A ESTE CERTIFICADO (se for o caso):	
OBSERVAÇÕES:	
LOCAL E DATA:	<u>Brasília-DF, na data de sua assinatura eletrônica.</u>
<div style="text-align: center;"><hr/>ENBPar (FISCAL DO CONTRATO)</div>	

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - ANEXO C**À ENBPar**

Centro Empresarial Parque Cidade, Setor Comercial Sul – SCS, Quadra 09, Torre B, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.308-200.

A proposta que faz a empresa _____, inscrita(o) no CNPJ n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida(o) no(a) _____, para a emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, também conhecido como D&O (*Directors & Officers*), à base de reclamações (*claims made basis*) com notificações, abrangendo sinistros reclamados durante o período de vigência da apólice e retroatividade ilimitada para fatos geradores anteriores ao início de vigência da apólice, desde que a reclamação motivada seja desconhecida do Segurado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e abaixo descritas(s):

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Anual (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Contratação de Companhia Seguradora, com experiência comprovada no mercado nacional, para a emissão de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil, também conhecido como D&O (<i>Directors & Officers</i>), à base de reclamações (<i>claims made basis</i>), conforme condições do Termo de Referência.	Apólice	01		

Ressalta-se que a disputa de preços no sistema se dará pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

DECLARAMOS que:

- a) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sessão de abertura desta licitação;
- b) Recebemos todos os elementos e informações para o cumprimento das obrigações objeto da

licitação e aceitamos expressamente as condições dispostas no ato convocatório;

c) Sob as penas da Lei, nesta data, não existem fatos impeditivos à participação desta empresa no presente processo licitatório, estando ciente integralmente dos requisitos de Habilitação do Pregão Eletrônico nº 90006/2024, conforme o Edital;

d) Para fins do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que esta empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

e) Os sócios da empresa (proponente) ou o profissional autônomo (se for o caso) não são direta ou indiretamente, funcionário ou dirigente da ENBPar ou responsável pela licitação, conforme art. 62 do Regulamento Interno da Licitações e Contratos da ENBPar;

f) Esta empresa (proponente) não emprega trabalho forçado ou análogo ao escravo, degradante ou indigno;

g) No valor constante desta proposta estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto, tais como: deslocamentos, hospedagem, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais, equipamentos e mão de obra a ser empregada, alimentação, locações, e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto, sem qualquer custo adicional, bem como quaisquer parcelas de outras naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço, não nos cabendo o direito de pleitear qualquer majoração do preço, fora das hipóteses legais, regulamentares e contratualmente permitidas, em face das variações quantitativas/qualitativas ocorridas na execução do objeto, bem como de eventual perda de decisão judicial pela qual esta empresa tenha se isentado de pagamento de qualquer tributo ou encargo trabalhista;

h) Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade intelectual, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade desta empresa Licitante que responderá por eles contra reclamações relacionadas ao assunto;

i) A presente proposta foi elaborada de maneira independente por esta empresa, e que a intenção e o conteúdo desta proposta não foram, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informados a, discutidos com ou recebidos de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 90006/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

j) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Licitação quanto a participar ou não do referido certame;

k) Garantimos o fornecimento do objeto, bem como os preços ofertados durante toda a realização do futuro Contrato;

- l)** Estamos comprometidos com a promoção da igualdade de gênero e raça; e
- m)** Para fins do disposto no [Código de Conduta e Integridade da ENBPar](#), disponível no endereço eletrônico: esta empresa tem conhecimento e observará todas previsões referente aos compromissos da ENBPar no relacionamento com seus fornecedores, prestadores de serviços, demais parceiros/sócios e clientes;
- n)** Estamos cientes que o quantitativo aduzido é meramente estimativo, no intuito de definir o valor estimado total do contrato. Não implica, assim, em obrigação de execução de sua totalidade, sendo que a ENBPar demandará o serviço de acordo com as suas necessidades.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____;
- b) CNPJ (MF) nº: _____;
- c) Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o Contrato: _____, respectivo(s) endereço(s) de e-mail para processar a assinatura eletrônica do Contrato ou instrumento equivalente preferencialmente por meio de assinatura qualificada (certificação digital ICP Brasil) _____;
- d) Inscrição Estadual nº: _____;
- e) Endereço: _____;
- f) Fone: _____ E-mail: _____;
- g) CEP: _____;
- h) Cidade: _____ UF: _____.
- i) Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____;
- j) Nome(s) e contato(s) do(s) Responsável(is) pela emissão dos documentos de cobrança: _____;
- E-mail: _____ Fone/Ramal: _____.

Local e data.

Nome do Representante Legal / Cargo

MODELO DE DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO - ANEXO D**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024****NUP: 00004.000003/2024-91**

DECLARAÇÃO ANTINEPOTISMO (Art. 38º, Parágrafo Único da Lei nº 13.303/2016)

A empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, declara sob as penalidades cabíveis, em atendimento ao disposto no Edital, que:

- a) Seus administradores e/ou sócios dirigentes, bem como as pessoas que compõem seu quadro técnico, não possuem familiar detentor de cargo comissionado ou função de confiança na ENBPar; e
- b) Fica entendido como familiar, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

XXXXXXXXXXXX, XXX de XXXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA